

CARREIRA

Raquel Kobashi Gallinati

Delegada de Polícia. Mestre em Filosofia do Direito pela PUC/SP. Presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo – SINDPESP.



Minha trajetória como “Concursanda”

• Em que momento decidiu se enveredar pelos concursos públicos?

Sempre quis ser Delegada de Polícia. Assim, concurso público foi o caminho natural para a realização de meu sonho profissional. Ingressei na Universidade Presbiteriana Mackenzie, certa de qual das áreas do Direito iria escolher para exercer minha profissão. Minha monografia de final de curso foi dos delitos e das penas e minha dissertação de mestrado em filosofia na PUC/SP foi teoria da compreensão da ação de Von Wright e a relação de causalidade no direito penal.

• Quando iniciou seu preparo? Qual metodologia usou?

Iniciei minha preparação em 2006. Matriculei-me em dois cursos preparatórios para concursos e estudei na biblioteca dos cursos jurídicos.

Encarei o desafio como uma rotina de trabalho, estudando 8 horas por dia, descansando aos finais de semana, e sempre praticando esportes, essencial para saúde física e mental.

Nos primeiros anos, estudei muita doutrina de diferentes autores. Depois, fiz um estudo focando lei seca e resolução de questões e, somente após conseguir êxito para ser aprovada na fase oral, estudei, com outros colegas, com chamada oral, durante 2 horas por dia, acumulando o estudo com leitura de lei seca e doutrina.

• Quanto tempo demorou para ser aprovada no primeiro concurso?

Fui aprovada em dois concursos para Delegada de Polícia em 2011, após cinco anos de estudo. Passei nos exames de Minas Gerais e de São Paulo. Como fui bem sucedida em São Paulo, pedi o desligamento do concurso de Minas, na fase oral.

• Como traçou seus focos em relação às carreiras?

Sempre direcionei meus estudos para o concurso de Delegada de Polícia, minha vocação. Hoje, considero-me realizada na Polícia judiciária Bandeirante.

• A senhora sofreu alguma cobrança de familiares e amigos pelo resultado pretendido?

Minha família me deu todo o suporte financeiro e emocional para percorrer esta árdua jornada.

Houve vários momentos de dúvidas e questionamentos internos. Após algumas reprovações, eu estudava o que estava deficiente em meus estudos, sempre focando no objetivo traçado, ser Delegada de Polícia.

Alguns julgamentos externos, até mesmo de amigos, questionando se eu achava ser mesmo capaz ou competente para o objetivo traçado, aconteceram. Houve quem perguntasse se eu não estaria almejando algo acima de minha competência.

Todas essas manifestações, eu considerava como obstáculos que deveriam ser superados, afastando-me de negatividades e pessimismos, pois a única pessoa que pode determinar nossos destinos somos nós mesmos.

• Depois de aprovada, como foi sua rotina de Delegada de Polícia recém-empossada?

Houve obviamente uma alteração na minha rotina, pois não precisaria mais me preparar para um concurso, mas para a carreira mesmo. O curso de formação foi de quatro meses na Academia de Polícia. Depois, fui designada para uma Delegacia de Polícia no DECAP, como Delegada plantonista.

• Quais as principais funções de um Delegado de Polícia?

O delegado de Polícia é quem preside o inquérito policial e organiza as buscas investigativas. Ele coordena o atendimento, orienta a população quanto às dúvidas sobre seus direitos e como defendê-los.

No Brasil democrático, não basta prender qualquer um de qualquer maneira, pois é fundamental buscar a verdade e ter a certeza da culpa.

É no inquérito policial que a Polícia Civil produz as provas necessárias para que um suspeito seja condenado sem que haja qualquer dúvida. A Polícia, quando inicia uma investigação, não pretende “prender bandido”, mas descobrir a verdade, afastar a suspeita sobre inocentes e permitir que os reais culpados sejam punidos pelo que fizeram, com base nas provas obtidas.

Assim, as nossas leis visam proteger as vítimas, os inocentes, extrair o máximo de verdade dos fatos e obter a certeza de que o suspeito é o autor do crime.

Por isso, não é raro termos casos em que, muitas vezes, uma investigação conclui que um suspeito é inocente e impede que uma injustiça seja feita.

Por outro lado, são recorrentes as situações em que a Polícia Civil desbarata quadrilhas, retira assassinos e estupradores do meio social, identifica fraudadores e corruptos, com a certeza obtida durante a investigação.

Uma investigação policial começa, em geral, após a elaboração de um BO. Sabendo do crime, o Delegado de Polícia, chefiando a equipe de investigação, realiza contato com as partes, faz diligências até os locais suspeitos, tem conversas informais, executa pesquisas nos sistemas policiais, entre outras ações. Se necessário, a equipe faz campanhas, acompanhamentos, cumpre mandados de busca em residências, reconstituições de crimes, cognição visuográfica de local de crime e interceptações telefônicas (conhecidas como “grampos”).

Há casos graves em que é necessário até mesmo prender suspeitos, temporariamente, para que se possa investigar com mais eficiência.

Todas essas diligências são formalizadas e documentadas no inquérito policial, que é presidido pelo delegado de polícia.

O inquérito é tão importante, que movimenta em torno de 90% do sistema de justiça penal.

A Delegacia de Polícia é um dos únicos órgãos públicos que atendem a população 24 horas por dia na defesa de seus direitos.

• Qual foi o momento mais engraçado ou curioso da sua carreira até agora?

Quando fui eleita a primeira mulher presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo. Nunca pensei em ser uma representante de classe, papel que exerço atualmente. Em todo o tempo de carreira, estive à frente de uma delegacia elucidando crimes e, hoje, com todos os diretores do sindicato, defendemos a instituição Polícia Civil, buscando melhorias, o resgate da dignidade do Delegado de Polícia e o fortalecimento de nossas prerrogativas.

• E o mais triste?

A ocorrência mais triste da minha carreira até agora foi a de uma menina de 12 anos que ficou em cárcere privado, tendo sido vítima de estupro contínuo pelo próprio pai, que foi preso temporariamente e, depois, de forma preventiva.

• O que deve esperar o concursando na hora de optar pela carreira na Polícia Judiciária?

Deve esperar muito trabalho e fazê-lo com comprometimento e coragem. Principalmente em localidades longínquas, periferias, onde a Delegacia de Polícia é o único órgão público aberto 24 horas e que tem uma autoridade presente dia e noite, a semana toda, o ano todo. O delegado de polícia é o primeiro garantidor dos direitos individuais do cidadão. Muitas vezes, ele resolverá problemas que não esbarram propriamente em situações que caracterizam crimes, atuando como conciliador e pacificador social.

• O que gostaria de mudar a favor da instituição?

No Estado de São Paulo, faltam efetivo, estrutura, valorização e apoio para a Polícia Civil.

São Paulo paga um dos piores salários do Brasil para seus Delegados de Polícia. O Delegado de Polícia paulista, responsável por investigar crimes no Estado mais rico do país e num dos locais mais violentos do mundo, ganha o terceiro pior salário do Brasil. O governo de São Paulo não repõe as perdas inflacionárias desde 2012.

Há o enfraquecimento das prerrogativas do Delegado de Polícia, que só há poucos anos adquiriu legalmente o status de carreira jurídica, mas não teve previsão de garantias funcionais. O Delegado de Polícia do Estado de São Paulo ganha subsídio em relação as demais carreiras jurídicas.

O Estado de São Paulo deve aumentar consideravelmente seu investimento na Polícia Civil.

Deve ampliar seu quadro de funcionários, zerando o déficit e criando mais cargos.

A Polícia Civil deve ter autonomia institucional, de modo que seu dirigente maior seja eleito pela classe, a partir de lista tríplice.

Só uma polícia judiciária forte é que tem condições de prender o criminoso apresentando provas para que fique preso pelo tempo que a Justiça mandar.